

Handwritten signature



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

PLANO DE ATIVIDADES E
ORÇAMENTO ANO 2014

FUTURLAGOS – EMPRESA LOCAL PARA O
DESENVOLVIMENTO, E.M.,S.A.

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	PLANO DE ATIVIDADES	4
2.1	ÁREAS DE INTERVENÇÃO/PROJETOS	5
2.1.1	PLANO DE URBANIZAÇÃO DA MEIA PRAIA	5
2.1.2	SISTEMA DE TRANSPORTES PÚBLICOS DE LAGOS “A ONDA”	11
2.1.3	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	13
2.1.4	“ESPLANADA DO INFANTE”	15
2.1.5	ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	16
2.1.6	PROGRAMA REABILITAR PARA ARRENDAR	23
2.1.7	POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO	25
3.	ANEXOS	26

1. INTRODUÇÃO

A FUTURLAGOS, EM, SA, tem como objeto a gestão de serviços de interesse geral, bem como a promoção do desenvolvimento local e regional nos termos do disposto nos artigos 45º e 48º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, e nos termos definidos nos artigos 4º e 5º dos Estatutos desta empresa.

Neste âmbito, e de acordo com as orientações estratégicas emanadas pela Câmara Municipal de Lagos, a FUTURLAGOS, EM, SA, visando sempre a otimização e eficiência de gestão dos seus recursos, e defesa do interesse público, apresenta os respetivos instrumentos de gestão previsional para o ano de 2014.

2. PLANO DE ATIVIDADES

A FUTURLAGOS, EM, SA, desenvolve a sua atividade na prossecução das orientações estratégicas emanadas pela Câmara Municipal de Lagos.

Assim, a sistemática adotada no plano de atividades agora submetido à tutela, passa por descrever sumariamente as atividades que se pretendem levar a cabo em cada uma das orientações estratégicas a cargo da empresa, dando nota da sua previsível evolução.

2.1 ÁREAS DE INTERVENÇÃO/PROJETOS

2.1.1 PLANO DE URBANIZAÇÃO DA MEIA PRAIA



Continuando o trabalho desenvolvido durante os anos anteriores, a FUTURLAGOS, EM, SA, irá prosseguir nas tarefas que lhe foram cometidas pelo Município de Lagos, através de contrato programa celebrado para o efeito.

Desta forma, o trabalho reparte-se, essencialmente, em duas grandes áreas:

1. Execução de infra-estruturas, equipamentos e espaços verdes;
2. Gestão do fundo de compensação e componente perequativa do Plano de Urbanização da Meia Praia (PUMP).

Relativamente à componente de gestão do fundo de compensação dos proprietários da área do PUMP, prevê-se que se possa promover o contacto junto dos proprietários, para estimular a execução efetiva das unidades operativas cuja execução se coadune com o investimento realizado pela FUTURLAGOS, EM, SA.



Estão neste elenco, as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) 7, 9, 10 e 11.

Paralelamente, a FUTURLAGOS, EM, SA, irá proceder ao acompanhamento das iniciativas levadas a cabo pelos promotores da UOPG 13, acompanhando a implementação do Plano de Pormenor, dos promotores das UOPG 11 e 3, acompanhando o seu desenvolvimento através de Plano de Pormenor, e dos proprietários da UOPG 8, através de operação de reparcelamento.

Igualmente, acompanhará as pretensões de todos os proprietários e encaminhará, quando houver massa crítica interna (dentro de cada UOPG) para a Câmara Municipal de Lagos, para que se possa proceder à execução de Planos de Pormenor, sempre que seja esse o entendimento da Câmara Municipal.

Atendendo à atual conjuntura económico-financeira, é expectável que o investimento privado continue em ritmo de forte abrandamento, apesar de alguns sinais de retoma do investimento, o que condiciona toda a execução do PUMP, nas áreas que estão a cargo da FUTURLAGOS.

Com efeito, de acordo com o regime perequativo previsto no PUMP, o investimento privado antecede e suporta 2/3 do investimento público, sendo que a componente a cargo do Município refere-se às componentes de espaços verdes e equipamentos.

Mr
BR
Dr

Ora, este tipo de investimento apenas é necessário quando existir população instalada que o justifique, facto que fundamenta a sua execução apenas na 2ª fase da execução do projeto.

Assim sendo, a tarefa da FUTURLAGOS passará por reunir com os proprietários das referidas UOPG, tentando que estes possam avançar com o seu investimento e, em função desse investimento, dar início à execução das obras necessárias.

Paralelamente, continuarão a ser executados os contratos já celebrados, podendo eventualmente operar-se uma recalendarização dos investimentos, e nesse âmbito, realce particular para a execução dos troços em falta da V10 (estrada da Meia Praia).

Proceder-se-á à execução das infra-estruturas essenciais, numa ótica de curto prazo e atendendo às necessidades mais prementes, estando neste rol a conclusão da V19, assim como da drenagem de águas pluviais das vias 8 e 9.

Para além destas atividades, lançar-se-á, ainda durante o ano de 2013 uma candidatura ao programa POA21, inserido no eixo 1, “Promoção e capacitação institucional, denominada “SISTEMA ORGANIZATIVO E PROMOCIONAL EM INTERVENÇÕES URBANAS DECORRENTES DE PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL”, que visa a possibilidade de estudar um (ou mais que um) modelo de intervenção urbana para a completude do processo de urbanização, desde a fase de planeamento até à de utilização do construído, em que todos os proprietários do território a intervir tenham condições de representação, acompanhamento do processo, capacidade decisória e saibam que a cada momento têm recurso a outras alternativas ao envolvimento no processo.



Assim, propõe-se as etapas e conteúdos de concretização da candidatura que se apresentam no quadro seguinte.

Fase	Conteúdo	Prazo
Concurso por convite (ajuste direto)	a. Aprofundamento dos termos de referência do concurso	15/01/2014
	b. Lançamento e prazo para respostas do concurso	15/02/2014
	c. Seleção do concorrente melhor colocado	28/02/2014
Relatório de Propostas Organizativas	a. Relatório sobre Potenciais Modelos Teóricos a aprofundar	30/04/2014
	b. Proposta de Modelos a Aplicar por UOPG	30/05/2014
	c. Adoção dos Modelos a Aplicar por UOPG	30/06/2014
Seleção de Modelos a Implementar	a. Determinação dos Modelos a aplicar experimentalmente	31/07/2014
	b. Preparação logística prévia	29/08/2014
	c. Contactos com agentes intervenientes	29/08/2014
Aplicação Prática dos Modelos	a. Mobilização dos proprietários e outros agentes envolvidos	29/09/2014
	b. Apresentação da Solução Organizativa	30/09/2014
	c. Adaptação da Solução Organizativa	30/10/2014
	d. Implementação da Solução Organizativa Adaptada	30/05/2015
	e. Relatório Final	30/06/2015

- I. Na primeira fase trata-se do concurso a lançar para concretização da candidatura, que pressupõe um convite a três a cinco entidades para apresentação de propostas tendo



em vista um ajuste direto: o lançamento do concurso será antecedido dum aprofundamento dos termos de referência a efetuar na primeira quinzena de janeiro, sendo concedido um prazo de um mês de calendário para a elaboração das propostas por parte das entidades convidadas. A seleção do concorrente ficará terminada em final de fevereiro de 2014.



- II. Na segunda fase o prestador do serviço (adiante apenas designado prestador) apresentará um relatório sobre os modelos organizativos potenciais a aprofundar, tendo em conta a realidade existente nas diversas UOPG que fazem parte do PU da Meia Praia. Este relatório, a entregar num prazo de 2 meses após o contrato, deve proceder à análise dos diversos modelos teóricos, apresentando as vantagens e inconvenientes de cada um, bem como as limitações legais, práticas e outras que lhes estejam associadas. De seguida o prestador terá um mês para desenvolver uma proposta de modelo a aplicar em cada uma das UOPG, que explicita as razões da seleção efetuada, bem como as vantagens e inconvenientes para todos os intervenientes envolvidos, o roteiro da sua aplicação, e demais indicações que tornem absolutamente claros os procedimentos necessários à sua concretização. No mês imediatamente seguinte à apresentação das propostas a FUTURLAGOS procederá em conjunto com o prestador à seleção dos modelos a adotar para cada UOPG.

- III. Na terceira fase será efetuada uma seleção dos modelos a experimentar, tendo em conta a dinâmica que existir naquele momento na Meia Praia. Será pelo menos experimentado um modelo, sendo contudo conveniente fazê-lo para outros se existirem, para o que o prestador fornecerá a preparação

logística necessária, isto é, todos os elementos necessários para colocar os modelos selecionados em funcionamento. Nesta fase que envolve no total dois meses de preparação, dada a coincidência com o período de verão, haverá condições para ouvir os agentes intervenientes que apenas se deslocam a Lagos nestes períodos.



- IV. Por último será desencadeada a última fase, de aplicação prática dos modelos, a qual implicará a mobilização dos proprietários e agentes envolvidos para a apresentação da solução organizativa selecionada e consequente adaptação (se vier a ser necessária). Ao prestador caberá a concretização do modelo proposto, bem como o seu acompanhamento caso se recorra à prestação de serviços por entidades terceiras, ou seja necessário constituir uma entidade específica para implementação do modelo. O modelo (que não a operação) deverá estar completamente implementado até maio de 2015, sendo entregue no mês seguinte um relatório final com a formulação dos modelos propostos e bem assim dos passos necessários para a concretização de cada um, a que acresce a descrição das experiências práticas efetuadas, contendo um descritivo do modelo inicial, das alterações nele introduzidas no decorrer do período experimental, dos efeitos provocados, dos passos necessários ainda por dar, bem como da configuração final dos modelos.

2.1.2 SISTEMA DE TRANSPORTES PÚBLICOS DE LAGOS “A ONDA”



Esta orientação estratégica foi emanada pela Câmara Municipal de Lagos e contratualizada à FUTURLAGOS, EM, SA, por contrato de gestão, assinado a 12 de junho de 2008.

No âmbito deste contrato, cabe à FUTURLAGOS, EM, SA, assegurar a exploração dos transportes públicos rodoviários de Lagos.

Dando continuidade à implementação das soluções preconizadas no estudo elaborado para a reorganização do serviço, visando o aumento da produtividade do serviço, sem deixar de atender ao caráter indispensável de contribuir de forma efetiva para a coesão territorial e



social do município, proceder-se-á à monitorização dos seus efeitos, podendo efetuar-se os ajustes considerados necessários.



Será necessário ao longo do ano de 2014, realizar investimento em equipamento básico para substituição ou reabilitação dos abrigos de passageiros degradados, e ainda na intervenção ou substituição de postaletes, de forma a tornar o serviço mais cómodo e eficiente para o cliente, e melhoria da informação disponibilizada. Com vista a reduzir o impacto financeiro sobre a empresa, serão promovidas diligências para aquisição de fontes de financiamento externas (fundos nacionais ou comunitários).

Relativamente ao contrato de prestação de serviços com a TRANSLAGOS, que finalizará em março de 2015, serão desenvolvidos no 1º semestre de 2014 estudos necessários para preparação do novo procedimento concursal, e, aponta-se desde já o seu lançamento, para o início do 2º semestre, de forma a assegurar a continuidade da prestação do serviço à população, após o seu termo. Desses estudos ficarão definidos pontos essenciais para defesa dos interesses da empresa e dos nossos clientes, que farão parte integrante do caderno de encargos.

Desta forma pretende-se diminuir o custo total do serviço, através da redução dos custos fixos, garantindo-se a mesma qualidade do serviço, e se possível reforçando-o.

[Handwritten signatures]

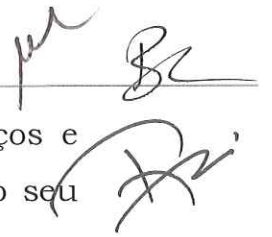
2.1.3 PARQUES DE ESTACIONAMENTO



No âmbito da exploração dos parques, e após estudo e análise das hipóteses para a exploração, entendeu-se que esta devia ser assumida diretamente pela FUTURLAGOS, EM, SA.

Para tanto, a FUTURLAGOS, EM, SA, selecionou, durante o ano de 2012, prestadores de serviço para o efeito, agregando igualmente a zona de estacionamento de duração limitada, de acordo com o Regulamento aprovado durante o ano de 2010 e cuja gestão conjunta foi cometida à FUTURLAGOS através da assinatura de Contrato-programa, aprovado pela Reunião de Câmara de 17 de março de 2010.

Tendo a visão de tornar os parques de estacionamento mais atrativos, como parte integrante dos equipamentos públicos da cidade, a



FUTURLAGOS, EM, SA, pretende promover o aumento de serviços e produtos disponibilizados nestes espaços, maximizando,, assim, o seu retorno financeiro.

Para isso poderão, p. ex., ser instalados serviços de lavagem de automóveis, abrir os parques à comunidade local, realizar pequenos consertos, rentabilizar espaço pela via da publicidade, alargar parcerias iniciadas em 2013, tais como, replicar protocolo com o Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio (CHBA) a outras entidades (ACRAL, Prólago, Ordem dos Advogados, outros), oferta de serviços e produtos a partir de plataformas tecnológicas.

Por outro lado, pretende-se, fomentar o aumento da taxa de ocupação destes equipamentos ao longo da época baixa (outubro a abril), sendo possível, desenvolver produtos e serviços mais flexíveis, que possam ir ao encontro das necessidades dos agentes locais.

Assim, para as zonas de estacionamento de duração limitada, pretende-se realizar um estudo de otimização dos tarifários, adequando-os às situações diferenciadas (época alta/época baixa), e restabelecer novos parâmetros de gestão para espaços que tenham uma menor taxa de ocupação (p. ex. criação de tarifário de média duração para o parque adjacente ao novo edifício da Polícia Marítima).

Encontra-se submetida a candidatura ao fundo de financiamento para projeto de “Eficiência energética dos parques de estacionamento”, que aguarda aprovação para a respetiva execução.

[Handwritten signatures]

2.1.4 “ESPLANADA DO INFANTE”



Iniciou-se em 2013 a adjudicação da exploração económica da “Esplanada do Infante”, que consiste na existência, numa plataforma de 6000 m², de três estabelecimentos de bebidas associados a pequenos equipamentos culturais e um posto de comércio para outra atividade, situados numa zona nobre da cidade, com acesso fácil a turistas, o que pode transformar esses equipamentos culturais numa pequena mostra do concelho e da cidade.

Estão concessionados em fase de contratualização os equipamentos de bebidas na esplanada, e pretende-se que entrem em pleno funcionamento durante o ano 2014, mais concretamente antes do pico da época alta.

No 1º semestre iremos, conjuntamente com os concessionários elaborar um regulamento específico da esplanada, nomeadamente definir os

direitos e deveres de ambas as partes, mas também regras de funcionamento das “zonas comuns”, das quais se destacam a zona central para eventos e toda a “animação de rua” a promover no local (onde, como, por quem, entre outros).

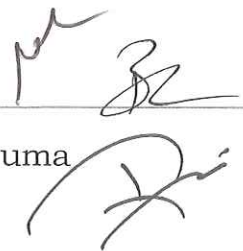


2.1.5 ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA



No âmbito da orientação estratégica emanada pela Câmara, que delegou na FUTURLAGOS, EM, SA, a gestão da Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos, por contrato programa assinado a 28 de fevereiro de 2013.

Nesta área pretende-se assegurar o desenvolvimento de programas, estudos e projetos de reabilitação urbana, bem como a sua operacionalidade, de forma a promover e garantir a revitalização da



cidade cultural, comercial e turística, norteando sempre para uma melhoria da qualidade de vida do munícipe.

Neste sentido, serão desenvolvidas ações para incrementar as parcerias públicas e privadas, bem como recorrer a apoios de fundos e programas financeiros, otimizando assim os recursos da empresa.

Assim, elencam-se de seguida, nomeadamente as atividades de gestão da área de reabilitação urbana de Lagos, a promover durante o ano de 2014:

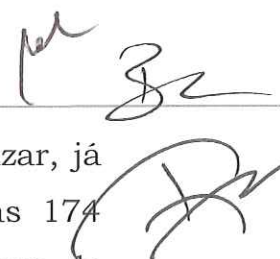
I. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ÀS AÇÕES DE REABILITAÇÃO DE IMÓVEIS

Estão neste âmbito as ações de organização dos “processos ARU” tendentes à concessão de benefícios fiscais ao abrigo do artigo 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, incluindo a prestação de informação aos munícipes, o seu atendimento nos locais de obra e em gabinete, a realização das vistorias previstas no Decreto-Lei nº 266-B/2012, a informação de pedidos vários e a organização dos processos administrativos.

A informação sobre os “processos ARU” é continuamente atualizada e sistematizada, permitindo a qualquer momento fazer-se um ponto de situação sobre os mesmos, e tirar conclusões sobre a eficácia dos procedimentos adotados.

II. POLÍTICA DE IMPOSTOS MUNICIPAIS NA ARU

Refere-se às ações de majoração e minoração do IMI na área da ARU, conforme deliberações anuais da Assembleia Municipal de Lagos.



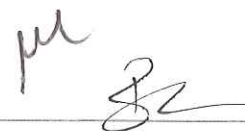
No caso das majorações existe ainda um grande trabalho a realizar, já que do total de 243 imóveis detetados como devolutos apenas 174 deram origem a notificações a proprietários, por falta da entrega de cadernetas pelo Serviço de Finanças, e dessas apenas 97 foram efetivadas em majorações do imposto no ano de 2011, ano fiscal de 2010, pelo facto de as condições de confirmação de presunção de devoluto existente na legislação ser facilmente contornada.

Para além das majorações a prédios devolutos e em ruínas, que o artigo 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais obriga a triplicar, poderá também ser majorado em 30% o IMI dos prédios degradados, o que obrigaria também a um trabalho de apuramento de todas essas situações.

Quanto às minorações, considera-se que o trabalho que vem sendo desenvolvido é satisfatório, devendo continuar nos mesmos termos, ou seja, aplicação de uma minoração nos casos de intervenções não abrangidas por isenções ao abrigo da deliberação da Assembleia Municipal de 24 de Setembro de 2012, exceto nas situações de legalização de obras.

III. INTERVENÇÕES NO PATRIMÓNIO E ESPAÇO PÚBLICO

Consideram-se atividades de gestão normal da entidade gestora da ARU, todas aquelas que se relacionam com as questões do Património edificado e do espaço público da área de intervenção, encontrem-se ou não incluídas em processos formalmente a decorrer na entidade gestora.



IV. APOIO E ACOMPANHAMENTO DA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS

Estão neste capítulo os estudos e projetos em curso no âmbito da candidatura ao POA21, assim como todos aqueles que forem lançados pela entidade gestora da ARU ou ainda os que a Câmara Municipal promova e solicite a colaboração da entidade gestora da ARU.



Assim, serão elaborados os projetos candidatados, nomeadamente o projeto global, que irá dar indicações precisas sobre a prioridade e as ações a desenvolver no âmbito do investimento público da ARU, quais as unidades de intervenção a criar e quais serão as prioritárias, etc.

Procurar-se-á também garantir a sustentabilidade económica e financeira da ARU através do estudo de financiamento da ARU.

Iniciar-se-ão igualmente os estudos das unidades de intervenção e os projetos âncora dessas unidades.

Elencam-se de seguida, as atividades complementares de gestão da área de reabilitação urbana de Lagos, a promover durante o ano de 2014:

V. INFORMAÇÃO SOBRE A ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA

A informação à população e agentes económicos sobre a operação de reabilitação urbana em curso é decisiva para o seu sucesso. Essa informação deverá ser reforçada através de diversas iniciativas a lançar, das quais salientamos a possibilidade de lançamento de uma publicação periódica, tipo “newsletter”, de distribuição gratuita para informação e publicitação da ARU e divulgação das suas realizações.

mu *Bz*

VI. ORGANIZAÇÃO DE SEMINÁRIO SOBRE REABILITAÇÃO URBANA

A realizar em outubro ou novembro de 2014 para troca de experiências com outras áreas de reabilitação urbana, da região e do país, essencialmente nas suas vertentes de gestão e áreas de atuação, com especial relevância para as 4 áreas mais importantes na revitalização dos centros históricos: reforço das componentes habitacional, revitalização comercial, oferta turística e mobilidade.

Di

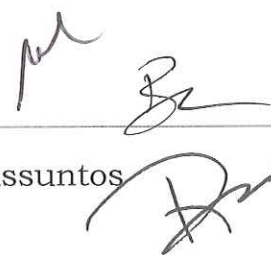
VII. APOIO AO COMÉRCIO LOCAL

Decisivo para a animação e vitalidade da área de intervenção, merece que se mantenha entre a entidade gestora e as associações de comerciantes um contacto permanente para discussão de possíveis ações comuns.

Será concluído o levantamento do comércio existente no Centro Histórico e mapeados todos os espaços devolutos que possam ser utilizados para este fim.

Pretende-se desta forma elaborar um dossier que permita o contacto personalizado com grandes cadeias de comércio que possam ter interesse em instalar nesta área uma loja que proporcione um “efeito âncora” e que constitua um catalisador e indutor de mais investimento privado, revitalizando o tecido comercial da cidade.

De igual modo, pretende explorar-se a hipótese prevista no documento estratégico da ARU de criação de uma “loja do cidadão” na zona do centro histórico de Lagos (esta loja tanto pode ser uma loja do cidadão “oficial”, como poderá, eventualmente, ser uma loja municipal que



aglutine todos os serviços municipais e todo o tratamento de assuntos relativos a outras entidades (devidamente protocolado).

VIII. PARTICIPAÇÃO NO PROJETO SOBRE GESTÃO DAS ZONAS COSTEIRAS FACE AOS RISCOS SÍSMICOS E DE TSUNAMI

Dando continuidade ao projeto desenvolvido nos últimos dois anos, e no seguimento do trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2001, perspetivam-se ações com maior ligação à comunidade e envolvendo a proteção civil como um todo - cidadãos, associações, entidades, forças de segurança.

IX. PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Estão neste âmbito a participação no Grupo de Ligação Técnica da Câmara Municipal de Lagos no âmbito do projeto “Rota dos Escravos” ou outros grupos de trabalho que a Câmara Municipal entenda constituir ou dar continuidade, como seja o Grupo da Mobilidade.

Estarão também neste âmbito a participação em iniciativas de organizações como a “Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico”, da qual a Câmara de Lagos pertence à Direção e que tem na pessoa do arquiteto Frederico Paula o presidente do júri do Prémio Nacional de Arquitetura Alexandre Herculano.

X. APOIO A ESTUDANTES

O apoio a estudantes na realização dos seus trabalhos de curso é uma área de importância fundamental na divulgação da ARU e sua ligação à escola.



O protocolo assinado entre a Universidade do Algarve e a Câmara Municipal abre perspectivas de estabelecimento de acordos específicos, como o que se prevê para a intervenção na Igreja de Santo António.

Para o ano de 2014 encontram-se programados os seguintes projetos estratégicos, com candidaturas aprovadas:

- Intervenção no auditório do Centro Cultural de Lagos;
- Estudo global da reabilitação urbana;
- Estudo do sistema de financiamento e gestão;
- Estudo de unidades de intervenção;
- Projetos âncora de unidades de intervenção;
- Construção de instalações sanitárias do Museu Dr. José Formosinho;
- Conservação e reparação do Clube Artístico Lacobrigense;
- Elaboração do projeto de reabilitação da cobertura da igreja de Santo António.

Encontra-se submetida a candidatura ao fundo de financiamento para o projeto de “Recuperação da Ponte D.^a Maria”, que aguarda aprovação para a respetiva execução.

Handwritten signatures

2.1.6 PROGRAMA REABILITAR PARA ARRENDAR




De acordo com o determinado no objetivo estratégico de Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos, a FUTURLAGOS, EM, SA, formalizou em 2013 a sua candidatura ao Programa Reabilitar para Arrendar com Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Decorrente da aferição de situações preocupantes ao nível do estado de conservação do património habitacional municipal, urge de facto, uma profunda intervenção para requalificação estrutural destes equipamentos municipais.

Além da conservação do património Municipal, pretende-se também garantir aos agregados familiares residentes nestes, melhores condições habitacionais, dado que os mesmos apresentam baixos níveis de rendimento.



Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos do projeto:

- 
- I. Recuperar e reforçar a função social dos bairros, providenciando o um enquadramento da população mais desprotegida;
 - II. Melhorar o apoio à população residente e promover a coesão social em articulação com o trabalho desenvolvido pela rede social;
 - III. Garantir a sustentabilidade da gestão do parque habitacional e promover a igualdade de oportunidades, a inclusão social e o combate à pobreza, estimulando a participação organizada dos residentes privados, através da constituição de condomínios.

As áreas de intervenção serão operacionalizadas de forma faseada e terão o seu início no ano de 2014, com a sua finalização programada para o ano de 2016:

- Bairro dos Pescadores;
- Bairro 25 de Abril;
- Bairro de Santo Amaro.

As intervenções serão iniciadas pela requalificação do Bairro dos Pescadores, com a recuperação de 23 fogos, seguidamente serão recuperados 26 fogos do Bairro 25 de Abril, finalizando no bairro de Santo Amaro com a recuperação de 14 fogos.



2.1.7 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

De forma, a cumprir na sua generalidade, as atribuições a si cometidas pela Câmara Municipal de Lagos, a FUTURLAGOS, EM, SA, sente a necessidade de criar mecanismos que conduzam a uma política de comunicação mais eficiente, com vista a uma maior proximidade com a população da Cidade de Lagos.

É do conhecimento desta empresa, quer a partir de reuniões havidas com populares e agentes económicos locais, quer através de discurso direto com os cidadãos, que existe uma lacuna ao nível do conhecimento sobre os produtos, serviços, atividades ou ações, desenvolvidas por esta entidade.

Para reforçar esta dinâmica de conhecimento entre ambas as partes, tanto por dar a conhecer as atividades desenvolvidas pela empresa, como conhecer mais aprofundadamente as necessidades dos munícipes e suas opiniões, torna-se fundamental estabelecer uma política de comunicação estruturada, que permita defender os interesses comuns.

Por fim, será importante reforçar e consolidar a imagem da FUTURLAGOS, EM, SA, como entidade relevante para a cidade, no que concerne ao exercício das suas competências como gestora do interesse público e, igualmente, como um elemento participativo na dinamização, modernização e desenvolvimento económico e social do Município de Lagos.

Neste sentido, pretende-se desenvolver uma parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, recorrendo aos programas de apoios e incentivos, para aquisição de um colaborador com conhecimentos na área do marketing.

per *32*
Di

3. ANEXOS

PPI- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO 2014

Descrição das Rúbricas	2014	2015	2016	2017
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
<i>Equipamento Básico</i>				
ONDA				
Equipamento Básico	80.000,00 €	7.500,00 €	7.500,00 €	7.500,00 €
Parques de Estacionamento	65.000,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €
Equipamento Básico	65.000,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €
Geral	13.000,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €
Geral	13.000,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €
Geral	2.000,00 €	2.000,00 €	2.000,00 €	2.000,00 €
Geral	2.000,00 €	2.000,00 €	2.000,00 €	2.000,00 €
<i>Equipamento Administrativo</i>				
Geral	25.000,00 €	8.000,00 €	7.000,00 €	7.000,00 €
Geral	25.000,00 €	8.000,00 €	7.000,00 €	7.000,00 €
Mobiliário	5.000,00 €	3.000,00 €	2.000,00 €	2.000,00 €
Equipamento Informático	20.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €
Trabalhos em curso	125.000,00 €	50.000,00 €	35.000,00 €	35.000,00 €
PARQUES DE ESTACIONAMENTO	115.000,00 €	30.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €
Trabalhos de Alterações e Adaptação Parques	115.000,00 €	30.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €
ESPLANADA DO INFANTE	10.000,00 €	20.000,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €
Esplanada do Infante (Frente Ribeirinha)	10.000,00 €	20.000,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €
ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	5.000,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €
Outros	5.000,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €
Total do Investimento	235.000,00 €	69.500,00 €	53.500,00 €	53.500,00 €
IVA	54.050,00 €	15.985,00 €	12.305,00 €	12.305,00 €
Total do Investimento com Iva	289.050,00 €	85.485,00 €	65.805,00 €	65.805,00 €

Gastos com Pessoal "Orçamento 2014"	
Descrição das Rúbricas	Valores
REMUNERAÇÕES	260.413,16 €
<i>Órgãos Sociais</i>	33.597,90 €
Administradores	33.597,90 €
<i>Pessoal</i>	226.815,26 €
Técnicos	140.907,76 €
Administrativos	85.907,50 €
OUTROS ABONOS	20.538,96 €
Subsídio de Alimentação	14.654,64 €
Subsídio de Representação	5.884,32 €
ENCARGOS SOCIAIS	61.460,91 €
Segurança Social - Órgãos Sociais	9.609,95 €
Segurança Social - Pessoal	14.490,12 €
Caixa Geral de Aposentações - Pessoal	37.360,85 €
SEGUROS	7.300,00 €
Seguro de Acidentes de Trabalho	6.000,00 €
Seguro de Acidentes Pessoais	1.300,00 €
OUTROS GASTOS COM PESSOAL	11.000,00 €
Segurança Higiene no trabalho	2.500,00 €
Formação Profissional	3.000,00 €
Compensação ADSE	3.000,00 €
Outras variáveis	2.500,00 €
ESTÁGIOS PROFISSIONAIS	5.000,00 €
Estágios remunerados parcialmente	5.000,00 €
Total Gastos com Pessoal	365.713,03 €

per
E
Di

Gastos de Funcionamento "Orçamento 2014"			
Descrição das Rúbricas	Valor anual	Por pagar de anos anteriores	Total
SUBCONTRATOS	1.805.500,00 €	502.179,36 €	2.307.679,36 €
<i>Seviço " A ONDA"</i>	1.520.000,00 €	502.179,36 €	2.022.179,36 €
Contrato "Translagos"	1.500.000,00 €	502.179,36 €	2.002.179,36 €
Estudos e Projectos	20.000,00 €		20.000,00 €
<i>Parques de Estacionamento</i>	285.500,00 €		285.500,00 €
Estudos e Projectos	10.500,00 €		10.500,00 €
Exploração Parq. Est. + ZEDL	275.000,00 €		275.000,00 €
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS	279.629,64 €	520.760,04 €	800.389,68 €
<i>Electricidade</i>	38.000,00 €		38.000,00 €
<i>Combustíveis</i>	1.500,00 €		1.500,00 €
<i>Água</i>	3.000,00 €		3.000,00 €
<i>Ferram. Utens. Desg. Rápido</i>	1.000,00 €		1.000,00 €
<i>Livros e Doc. Técnica</i>	500,00 €		500,00 €
<i>Material de Escritório</i>	8.000,00 €		8.000,00 €
Rendas e Alugueres		520.760,04 €	520.760,04 €
Rendas Parque Frente Ribeirinha "Elsa"		520.760,04 €	520.760,04 €
<i>Despesas de Representação</i>	1.500,00 €		1.500,00 €
<i>Comunicação</i>	5.520,00 €		5.520,00 €
<i>Seguros (Recheio e Outros)</i>	3.500,00 €		3.500,00 €
<i>Deslocações e Estadas</i>	1.000,00 €		1.000,00 €
<i>Serviços Prestados por Terceiros</i>	15.359,64 €		15.359,64 €
Serviço de Contabilidade e Assessoria	9.600,00 €		9.600,00 €
Revisor Oficial de Contas	5.759,64 €		5.759,64 €
Outros Prest. Serviços e Consultoria:	20.000,00 €		20.000,00 €
Outros	20.000,00 €		20.000,00 €
Honorários - Consultoria Jurídica	5.000,00 €		5.000,00 €
Contencioso e Notariado	3.000,00 €		3.000,00 €
<i>Conservação e Reparação (geral e parques)</i>	108.000,00 €		108.000,00 €
<i>Publicidade e Propaganda</i>	5.000,00 €		5.000,00 €
<i>Limpeza Higiene e Conforto</i>	36.000,00 €		36.000,00 €
<i>Vigilância e Segurança</i>	5.250,00 €		5.250,00 €
<i>Serviços Bancários</i>	6.500,00 €		6.500,00 €
<i>Outros Fornecimentos / Serviços</i>	12.000,00 €		12.000,00 €
Total Gastos de Funcionamento	2.085.129,64 €	1.022.939,40 €	3.108.069,04 €
IVA	479.579,82 €	235.276,06 €	714.855,88 €
Total com IVA	2.564.709,46 €	1.258.215,46 €	3.822.924,92 €

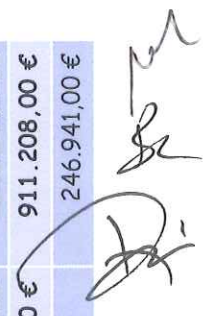
Despesas de Financiamento "Orçamento 2014"	
Descrição das Rúbricas	
Pagamento de Financiamentos	
Amortização de Leasing Mobiliário Parcómetros	30.600,00 €
Outros Financiamentos de curto prazo	20.000,00 €
Total de amortizações de dividas	50.600,00 €

Gastos e Perdas de Financiamento - "Orçamento 2014"	
Descrição das Rúbricas	
Encargos correntes da divida	
Juros de Leasing Mobiliário Parcómetros	2.600,00 €
Outros Gastos de Financiamento*	16.000,00 €
Total gastos e perdas de fianaciamento	18.600,00 €
*Inclui programa Reabilitar para arrendar	

Outros Gastos e despesas extraordinárias " Orçamento 2014"	
Descrição das Rúbricas	VALORES
IRC 2013 e Pag por Conta	12.500,00 €
Multas e outras penalidades	1.000,00 €
Juros de Mora	33.600,00 €
Outros gastos extraordinários	5.250,00 €
Total dos Gastos	52.350,00 €

Intervenções urbanas dos contratos programa" Orçamento 2014"

REABILITAÇÃO URBANA	2014	2015	2016	2017	Total
Descrição das Rúbricas					
OUTROS CREDITORES					
RECUPERAÇÃO PONTE D. MARIA II	490.000,00 €	300.000,00 €	0,00 €	0,00 €	790.000,00 €
Estudos e Projectos	40.000,00 €				40.000,00 €
Intervenção de recuperação da ponte	450.000,00 €	300.000,00 €			750.000,00 €
REABILITAÇÃO URBANA - FASE II	511.763,98 €	136.178,86 €	0,00 €	0,00 €	647.942,84 €
Construção	363.390,00 €				363.390,00 €
Intervenção no auditório do centro cultural de Lagos	363.390,00 €				363.390,00 €
Estudos & Projectos	148.373,98 €	136.178,86 €	0,00 €	0,00 €	284.552,84 €
Estudo global da reabilitação urbana	24.390,25 €	24.390,25 €			48.780,49 €
Estudo do sistema de financiamento e gestão	20.325,20 €	8.130,08 €			28.455,28 €
Estudo de unidades de intervenção	40.650,41 €	40.650,41 €			81.300,81 €
Projectos âncora Unidades de Intervenção	63.008,13 €	63.008,13 €			126.016,26 €
REABILITAÇÃO URBANA - FASE III	164.800,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	164.800,00 €
Construção	129.200,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	129.200,00 €
Construção de instalações sanitárias do Museu Dr. José Formosinho	49.200,00 €				49.200,00 €
Empreitada de Edifícios Municipais (conservação e reparação do Clube Artístico Lacobrigense)	80.000,00 €				80.000,00 €
Estudos & Projectos	35.600,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	35.600,00 €
Elaboração de projetos de Edifícios Municipais (conservação e reparação do Clube Artístico Lacobrigense)	600,00 €				600,00 €
Elaboração do projecto de reabilitação da cobertura da igreja de Santo António	35.000,00 €				35.000,00 €
PROGRAMA REABILITAR PARA ARRENDAR - IHRU	246.941,00 €	348.671,00 €	315.596,00 €	0,00 €	911.208,00 €
Obras de Reabilitação	246.941,00 €	348.671,00 €	315.596,00 €	0,00 €	911.208,00 €
Bairro dos Pescadores	246.941,00 €				246.941,00 €



FUTURLAGOS – EMPRESA LOCAL PARA O DESENVOLVIMENTO, E.M., S.A.

Bairro 25 de Abril		348.671,00 €				348.671,00 €
Bairro Santo Amaro			315.596,00 €			315.596,00 €
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA MEIA PRAIA						
PUMP (Operacionalização)	527.662,85 €	560.000,00 €	561.643,50 €	1.010.000,00 €	1.010.000,00 €	2.659.306,35 €
Estudo e Projetos	527.662,85 €	560.000,00 €	561.643,50 €	1.010.000,00 €	1.010.000,00 €	2.659.306,35 €
	60.000,00 €	40.000,00 €	41.643,50 €			141.643,50 €
Infra estruturas do Plano	434.332,85 €	500.000,00 €	500.000,00 €	1.000.000,00 €	1.000.000,00 €	2.434.332,85 €
Equipamentos Diversos	33.330,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	10.000,00 €	10.000,00 €	83.330,00 €
Total dos pagamentos	1.941.167,83 €	1.344.849,86 €	877.239,50 €	1.010.000,00 €	1.010.000,00 €	5.173.257,19 €
IVA	170.411,75 €	114.041,40 €	63.113,77 €	62.300,00 €	62.300,00 €	409.866,91 €
Total dos Pagamentos Iva	2.111.579,58 €	1.458.891,26 €	940.353,27 €	1.072.300,00 €	1.072.300,00 €	5.583.124,10 €

Valores a Receber " Orçamento 2014"

Descrição das Rúbricas	Valores a Receber de anos anteriores	2014	2015	2016	2017
Réditos/Rendimentos					
PRESTAÇÃO SERVIÇOS E INFORMAÇÃO		1.270.532,14€			
Subsídios à Exploração		1.100.000€			
ONDA		1.601.532,14€			
Publicidade		18.000,00 €	20.000,00 €	23.000,00 €	25.000,00 €
Títulos de Transporte		482.532,14 €	496.000,00 €	510.000,00 €	512.000,00 €
Verba destinada à exploração (CML)	1.106.491,68 €	1.100.000,00 €	1.100.000,00 €	1.100.000,00 €	1.100.000,00 €
Receitas de processos Anu		1.000,00 €	1.100,00 €	1.200,00 €	1.300,00 €
PARQUES DE ESTACIONAMENTO		1.347.378,39€			
Concessão dos Módulos Frente Ribeirinha		310.000,00 €		93.000,00 €	93.000,00 €
Receitas Exploração dos Parques Est. + ZEDL		770.000,00 €	793.100,00 €	816.893,00 €	841.399,79 €
INCENTIVOS QREN - Eficiência Energética		60.000,00 €			
INCENTIVOS QREN - Esplanada Infante		954,24 €			
PROGRAMA INTERVENÇÃO TURISMO (PIT) - Esplanada Infante		206.424,15 €			
OUTROS CREDITORES		923.007,66€			
PROGRAMA ALGARVE 21(QREN)-Ponte D. Maria		292.500,00 €	243.750,00 €		
PROGRAMA ALGARVE 21(QREN)-Reabilitação Urbana Fase II		352.463,66 €	68.684,34 €		
PROGRAMA ALGARVE 21(QREN)-Reabilitação Urbana Fase III		239.044,00 €			
PROGRAMA ALGARVE 21(QREN)- Estudo da capacitação PUMP		39.000,00 €			
VERBA A RECEBER NO ÂMBITO DA PEREQUAÇÃO DO PUMP		1.451.379,58€			
UOPG 3					
Verbas em Numerário		481.389,62 €	481.389,62 €	481.389,62 €	481.389,62 €

FUTURLAGOS – EMPRESA LOCAL PARA O DESENVOLVIMENTO, E.M., S.A.

UOP68							
Verbas em Numerário		200.000,00 €		200.000,00 €		200.000,00 €	200.000,00 €
UOP611							
Verbas em Numerário		123.049,96 €					
UOPG 12							
Valor vencido			2.024.695,39 €				
UOPG 13							
Verbas em Numerário		400.000,00 €		200.000,00 €		200.000,00 €	200.000,00 €
PROGRAMA REABILITAR PARA ARRENDAR							
Obras de Reabilitação dos Bairros Sociais (valores do IHRU)		123.470,00 €		174.335,69 €		157.798,00 €	
Obras de Reabilitação dos Bairros Sociais (verbas a rec de Gest)		123.470,00 €		174.335,69 €		157.798,00 €	
EMPRESTIMOS OBTIDOS E OUTROS FINANCIAMENTOS							
Curto Prazo		20.000,00 €					
DIVIDENDOS DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS							
Dividendos de 2013 Neofutur		60.000,00 €					
Total recebimentos		5.403.297,77 €					
Iva		281.491,928					
Total C/IVA		5.684.789,69 €					



Contrato de Leasing dos Parquímetros							
Taxa de Juro		3,878%		VR) Valor residual		1.497,12	
Plano Financeiro							
Mês	Capital Inicial	Amortização capital	Capital em dívida	n.º renda	Renda	juro	Iva
Jan	74.566,54	2.497,55	72.068,99	33	3.368,38	240,97	629,86
Fev	72068,99	2.505,62	69.563,38	34	3.368,38	232,90	629,86
Mar	69563,38	2.513,71	67.049,66	35	3.368,38	224,81	629,86
Abr	67049,66	2.521,84	64.527,82	36	3.368,38	216,68	629,86
Mai	64527,82	2.529,99	61.997,83	37	3.368,38	208,53	629,86
Jun	61997,83	2.538,16	59.459,67	38	3.368,38	200,36	629,86
Jul	59459,67	2.546,37	56.913,30	39	3.368,38	192,15	629,86
Ago	56913,30	2.554,60	54.358,71	40	3.368,38	183,92	629,86
Set	54358,71	2.562,85	51.795,86	41	3.368,38	175,67	629,86
Out	51795,86	2.571,13	49.224,72	42	3.368,38	167,39	629,86
Nov	49224,72	2.579,44	46.645,28	43	3.368,38	159,08	629,86
Dez	46645,28	2.587,78	44.057,50	44	3.368,38	150,74	629,86
Pagamentos em 2014		30.509,04			40.420,56	2353,21	7558,32
Jan	44.057,50	2.596,14	41.461,36	45	3.368,38	142,38	629,86
Fev	41461,36	2.604,53	38.856,83	46	3.368,38	133,99	629,86
Mar	38856,83	2.612,95	36.243,88	47	3.368,38	125,57	629,86
Abr	36243,88	2.621,39	33.622,49	48	3.368,38	117,13	629,86
Mai	33622,49	2.629,86	30.992,63	49	3.368,38	108,66	629,86
Jun	30992,63	2.638,36	28.354,26	50	3.368,38	100,16	629,86
Jul	28354,26	2.646,89	25.707,38	51	3.368,38	91,63	629,86
Ago	25707,38	2.655,44	23.051,93	52	3.368,38	83,08	629,86
Set	23051,93	2.664,02	20.387,91	53	3.368,38	74,50	629,86
Out	20387,91	2.672,63	17.715,28	54	3.368,38	65,89	629,86
Nov	17715,28	2.681,27	15.034,01	55	3.368,38	57,25	629,86
Dez	15034,01	2.689,94	12.344,07	56	3.368,38	48,58	629,86
Pagamentos em 2015		31.713,43			40.420,56	1148,81	7558,32
Jan	12344,07	2.698,63	9.645,44	57	3.368,38	39,89	629,86
Fev	9645,44	2.707,35	6.938,09	58	3.368,38	31,17	629,86
Mar	6938,09	2.716,10	4.221,99	59	3.368,38	22,42	629,86
Abr	4221,99	2.724,88	1.497,12	60	3.368,38	13,64	629,86
Abr VR	1497,12	1.497,12	0,00	VR	1.841,45	0,00	344,34
Pagamentos em 2016		12.344,07			15.314,97	107,13	2.863,78

[Handwritten signatures and initials]

Contrato Financiamento Programa Reabilitar para Arrendar						
Taxa de Juro		3,000%				
Plano Financeiro						
Ano	Capital Inicial	Amortização capital	Capital em dívida	n.º Prestação	juro	Prestação
2014	455.604,00			1	13.668,12	13.668,12
2015	455.604,00			2	13.668,12	13.668,12
2016	455.604,00			3	13.668,12	13.668,12
2017	455.604,00			4	13.668,12	13.668,12
2018	455.604,00			5	13.668,12	13.668,12
2019	455.604,00			6	13.668,12	13.668,12
2020	455.604,00			7	13.668,12	13.668,12
2021	455.604,00			8	13.668,12	13.668,12
2022	455.604,00			9	13.668,12	13.668,12
2023	455.604,00			10	13.668,12	13.668,12
2024	455.604,00	20.709,27	434.894,73	11	13.668,12	34.377,39
2025	434.894,73	20.709,27	414.185,45	12	13.046,84	33.756,11
2026	414.185,45	20.709,27	393.476,18	13	12.425,56	33.134,84
2027	393.476,18	20.709,27	372.766,91	14	11.804,29	32.513,56
2028	372.766,91	20.709,27	352.057,64	15	11.183,01	31.892,28
2029	352.057,64	20.709,27	331.348,36	16	10.561,73	31.271,00
2030	331.348,36	20.709,27	310.639,09	17	9.940,45	30.649,72
2031	310.639,09	20.709,27	289.929,82	18	9.319,17	30.028,45
2032	289.929,82	20.709,27	269.220,55	19	8.697,89	29.407,17
2033	269.220,55	20.709,27	248.511,27	20	8.076,62	28.785,89
2034	248.511,27	20.709,27	227.802,00	21	7.455,34	28.164,61
2035	227.802,00	20.709,27	207.092,73	22	6.834,06	27.543,33
2036	207.092,73	20.709,27	186.383,45	23	6.212,78	26.922,05
2037	186.383,45	20.709,27	165.674,18	24	5.591,50	26.300,78
2038	165.674,18	20.709,27	144.964,91	25	4.970,23	25.679,50
2039	144.964,91	20.709,27	124.255,64	26	4.348,95	25.058,22
2040	124.255,64	20.709,27	103.546,36	27	3.727,67	24.436,94
2041	103.546,36	20.709,27	82.837,09	28	3.106,39	23.815,66
2042	82.837,09	20.709,27	62.127,82	29	2.485,11	23.194,39
2043	62.127,82	20.709,27	41.418,55	30	1.863,83	22.573,11
2044	41.418,55	20.709,27	20.709,27	31	1.242,56	21.951,83
2045	20.709,27	20.709,27	0,00	32	621,28	21.330,55
TOTAL		455.604,00			293.864,58	749.468,58

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "ml" and "BZ"
 - Middle right: "DZ" (large signature)
 - Bottom right: "DZ" (smaller signature)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - ORÇAMENTO 2014

RUBRICAS	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto	
Recebimentos de clientes	1.481.724
Pagamentos a fornecedores/serviços	-3.822.925
Pagamentos ao Pessoal	-365.713
Caixa gerada pelas operações	-2.706.914
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-12.500
Subsídios à Exploração	2.206.492
Outros recebimentos	381.300
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-131.622
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	-2.400.630
Ativos fixos tangíveis	-289.050
Ativos intangíveis	
Investimentos financeiros	
De Outros ativos	-2.111.580
Recebimentos provenientes de:	2.701.766
Ativos fixos tangíveis	
Ativos intangíveis	
Investimentos financeiros	
De Outros ativos	2.374.387
Subsídios ao investimento	267.378
Juros e rendimentos similares	
Dividendos	60.000
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)	301.136
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento	
Recebimentos provenientes de:	20.000
Financiamentos obtidos	20.000
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Cobertura de prejuízos	
Doações	
Outras operações de financiamento	
Pagamentos respeitantes a:	-109.050
Financiamentos obtidos	-50.600
Juros e gastos similares	-58.450
Dividendos	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Outras operações de financiamento	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	-89.050
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	80.464
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	380.084
Caixa e seus equivalentes no fim do período	460.547



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL - ORÇAMENTO 2014

RENDIMENTOS E GASTOS	2014
Vendas e Serviços Prestados	1.270.532
Subsídios à Exploração	1.100.000
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	
Variação nos inventários de produção	
Trabalhos para a própria entidade	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	
Fornecimentos e serviços externos	-2.085.129,64
Gastos com o pessoal	-365.713
Imparidade de inventários(perdas/reversões)	
Provisões (aumentos/reversões)	
Imparidade de Investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)	
Aumentos/Reduções de justo valor	
Outros rendimentos e ganhos	484.470
Outros gastos e perdas	-39.850
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	364.309
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-256.624
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis(perdas e reversões)	
Resultado Operacional(antes de gastos, financiamento e impostos)	107.685
Juro e rendimentos similares obtidos	
Juros e gastos similares suportados	18.600
Resultado antes de Impostos	126.285
Imposto sobre o rendimento do período	31.571
Resultado líquido do período	157.857

per
2
E



BALANÇO PREVISIONAL - ORÇAMENTO 2014		
SNC	Ativo	2014
	ACTIVO NÃO CORRENTE	
43 /45	Ativos Fixos Tangíveis	3.050.017
42	Propriedades de Investimento	
44	Ativos Intangíveis	
	Ativos Biológicos	
41	Participações Financeiras - Equivalência Patrimonial	
41	Participações Financeiras - Outros Métodos	195.373
	Acionistas/Sócios	
	Outros Ativos Financeiros	
	Ativos por Impostos Diferidos	
		3.245.390
	ACTIVO CORRENTE	
	Inventários	
	Ativos Biológicos	
	Clientes	4.907
	Adiantamentos a Fornecedores	
24	Estado e Outros Entes Públicos	43.966
27	Outras Contas a Receber	2.459.132
28	Diferimentos	51.623
14	Ativos Financeiros Detidos para Negociação	
	Outros Ativos Financeiros	
	Ativos não Correntes Detidos para Venda	
11./12	Caixa e Depósitos Bancários	460.547
		3.020.176
	<i>Total do Ativo</i>	6.265.565

ml
B
D

SNC	Capital Próprio e Passivo	
	Capital Próprio	
51	Capital Realizado	2.555.342
52	Ações (Quotas) Próprias - Valor Nominal	
53	Outros Instrumentos de Capital Próprio	
54	Prêmios de Emissão	
55	Reservas Legais	22.432
	Outras Reservas	
56	Resultados Transitados	-347.191
	Ajustamentos em Ativos Financeiros	
	Excedentes de Revalorização	
	Reservas Legais	
	Reservas Estatutárias	
	Reservas Contratuais	
	Outras Reservas	
59	Outras Variações no Capital Próprio	945.892
		3.176.475
81	Resultados Líquidos do Exercício	157.857
		3.334.332
	Interesses Minoritários	
	<i>Total do Capital Próprio</i>	3.334.332
	Passivo	
	PASSIVO NÃO CORRENTE	
	Provisões	
25	Financiamentos Obtidos	44.058
	Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	
	Passivo por Impostos Diferidos	
23 /27	Outras Contas a Pagar	
		44.058
	PASSIVO CORRENTE	
	Fornecedores	104.451
	Adiantamentos de Clientes	
	Estado e Outros Entes Públicos	28.879
	Acionistas/Sócios	
25	Financiamentos Obtidos	
23 /27	Outras Contas a Pagar	2.753.847
28	Diferimentos	
	Passivos Financeiros Detidos para Negociação	
	Outros Passivos Financeiros	
	Passivos não Correntes Detidos para Venda	
		2.887.176
	<i>Total do Passivo</i>	2.931.234
	<i>Total dos Capitais Próprios e do Passivo</i>	6.265.565

Pressupostos Económicos e Financeiros**2014**

Impostos		
Taxa de IRC		25,00%
Derrama		1,50%
Taxas de IVA		
Reduzida		6,00%
Intermédia		13,00%
Normal		23,00%
Taxa de juro TAEG		3,00%
Pessoal		
Encargos com Segurança Social (Entidade Patronal - Órgãos Sociais)		20,30%
Encargos com Segurança Social (Entidade Patronal - Pessoal)		23,75%
Encargos com Segurança Social (Órgãos Sociais)		9,30%
Encargos com Segurança Social (Pessoal)		11,00%
Encargos com CGA (Entidade Patronal - Pessoal)		15,00%
Encargos com CGA (Pessoal)		11,00%
Taxa Média de Retenção na Fonte de IRS - Órgãos Sociais		23,00%
Taxa Média de Retenção na Fonte de IRS - Pessoal		15,00%
Taxa Média de Retenção para ADSE		2,50%
Taxa Média de Retenção para CCDTCML		1,00%
Prazos Médios de Pagamentos		
De Fornecimentos e Serviços Externos	meses	1
De Imobilizado	meses	1

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

Lagos, 27 de novembro de 2013

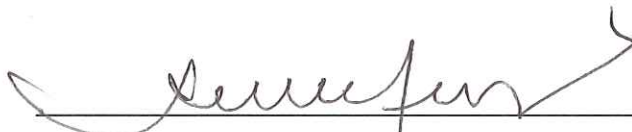
O Conselho de Administração



Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
(Presidente)



Paulo Jorge Correia dos Reis
(Administrador)



António Manuel Martins Viana Gil Leitão
(Administrador)

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

FUTURLAGOS – Empresa Municipal para o Desenvolvimento, EM, SA

Exercício de 2014

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 25º, número 6, alínea j), da Lei 50/2012, de 31 de Agosto e dos termos estatutários, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2014, da FUTURLAGOS, EM, SA, titular do NIPC 507 684 532, consistindo em: Plano de Atividades, PPI – Plano Plurianual de Investimento (e Ajustamentos), com o total de € 235 000, Demonstração de Resultados, que regista um saldo positivo de € 157 857, Balanço Previsional, com um total líquido de € 6 265 565, bem como a Demonstração de Fluxos de Caixa e os mapas de gastos com funcionamento e pessoal e, ainda, o mapa de valores a receber.
2. Os mapas de valores a receber respeitam, tanto à atividade a desenvolver, como às relações com os municípios, no que concerne às suas entregas por conta, em conformidade com as competências definidas pelo Município.
3. As verbas referidas em 2, são, em particular, as que se inserem, quer na área de reabilitação urbana, quer no PUMP (Plano de Urbanização da Meia Praia), sendo que este segundo programa integra, de modo muito abrangente, o tecido de população residente, com as infra-estruturas destinadas a acolher a população turística e, em simultâneo, pretende responder às carências de equipamentos, sociais, educativos e similares.



PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Responsabilidades

4. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
5. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas, contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.
6. Neste enquadramento, o Fiscal Único considera, também, cumpridas as suas obrigações de emissão de parecer consignadas em diferentes alíneas do número 6, do artº 25º da referida Lei 50/2012, relatando em três momentos diferentes a sua apreciação sobre os seguintes documentos:
 - ✓ Emissão de Parecer sobre os Orçamento e Plano de Atividades, data em que se avalia a estimativa dos Subsídios (alínea j)) e no relatório semestral em que se aprecia a situação económica e financeira da entidade, considerando nesse referencial os valores recebidos (alínea h), número 6, do artigo 25º, da mesma Lei 50/2012);
 - ✓ Na apreciação que faz das contas anuais em que, além da respetiva certificação (alínea k, número 6, do artigo 25º), deverá analisar particularmente as contas com o Município.
7. Assim, em termos orçamentais, os subsídios atribuídos pela Autarquia, foram calculados, considerando: subsídios destinados a custear atividades não cobertas pelos preços recebidos dos utentes (caso dos transportes) e, no final de cada exercício, o Município deverá entregar o valor do resultado operacional (se negativo).

 2

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Âmbito

8. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional, contida nos instrumentos de gestão, está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional;
 - b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência;
 - c) a 15 de fevereiro passado foi emitido um parecer tendo por finalidade dar cumprimento relativamente ao projeto de fusão da entidade FUTURLAGOS – Empresa Local para o Desenvolvimento, EM, SA com a entidade LAGOS-EM-FORMA, Gestão Desportiva, EM, SA. A fusão deveria produzir efeitos contabilísticos a partir de 01 de julho de 2013, porém e enquanto não for obtido Visto Prévio, tal fusão não terá efeitos e a EM continuará a exercer a sua atividade com até à data;
 - d) algumas das atividades que até 2012 eram levadas a cabo pela FUTURLAGOS (a contatação do edifício Paços do Concelho, por

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

exemplo), foram internalizadas no Município e outras (Reabilitação Urbana) foram acrescentadas ao objeto social da Entidade Municipal;

9. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente Parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.
10. No relativo aos valores a receber por Contrato Programa, tiveram-se em conta duas realidades específicas:
 - a) O contrato programa, referente aos transportes, que se consubstancia na cobrança da receita de bilheteira, no pagamento à transportadora dos valores contratados e no recebimento da autarquia da diferença entre o valor do Contrato Programa e o correspondente a oitenta e cinco por cento da receita de bilheteira;
 - b) Se o valor do resultado operacional for negativo, esse montante deve ser repostado pela Autarquia, nos termos do número 2 artigo 40 da Lei 50/2012, de 31 de agosto.



PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Parecer

11. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado, tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela empresa.
12. Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.



5

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Ênfases

13. Sem afetar a opinião acima transcrita, refira-se:

- 13.1 Durante ao ano de 2013 foram transferidas para o Município de algumas áreas antes atribuídas à FUTURLAGOS, o que reduziu a atividade da EM, mas, foram também abertas novas áreas mais diretamente relacionadas com a mobilidade e requalificação urbanas;
- 13.2 Relativamente ao orçamento do PUMP – Plano de Urbanização da Meia Praia, tendo em conta a retração relatada no Plano de Atividades, prevê-se que se possa promover o contacto junto dos proprietários, para estimular a execução efetiva das unidades operativas cuja execução se coadune com o investimento realizado pela FUTURLAGOS, EM, SA;
- 13.3 Ao longo de 2014, relativamente aos transportes, e com vista a reduzir o impacto financeiro sobre a empresa, há a intenção de promover diligências para aquisição de fontes de financiamento externas. Importa referir, neste contexto, que o contrato de prestação de serviços com a TRANSLAGOS termina em março de 2015;

Lisboa, 27 de Novembro de 2013

O Fiscal Único

